

UnB - BIBLIOTECA CENTRAL

CAMPUS

Nº 22

BRASÍLIA

UnB + DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO + JORNAL LABORATÓRIO



OUTUBRO, 78



Surge na UnB o primeiro movimento feminista

(Página 16)

Campus Avançado do Médio Araguaia. Conheça e Participe

(Página 15)

MIGRAÇÃO: Fim do sonho Começo da realidade

(Página 11)

Ceilândia, filha marginal de Brasília

(Página 10)

Os peões de obras e o seu sindicato

(Página 12)

A sociedade faz os seus marginais

(Página 4)

CAMPUS

JORNAL-LABORATÓRIO

UNIVERSIDADE

DEBRASILIA (UnB)

DEPARTAMENTO

DE COMUNICAÇÃO N° 22

OUTUBRO 1978

Publicação mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas «Técnicas de Jornal e Periódico I», «Edição Jornalística» e «Paginação de Comunicação», Universidade de Brasília (UnB), Campus Universitário, Asa Norte, 70.000 Brasília, DF.

Diagramação:

Turma «A»

Francisco Moreira
Everardo Coelho Leitão
Walter Carlos Avad Sotomayor
Tânia Lenice Potter
Roland Stille
Celson Franco
Ligia Martins Nardelli
Leilane Neubarth Teixeira
Maria Renata de C. Nogueira
Suely Teles Fonseca
Mônica M. R. Velloso da Silveira
Marlene Alves Serejo
José Edmar Gomes
Marta Maria de O. Contijo
George Monteiro Prata

Turma 'B'

Ana Cecília Figueiredo Galvão
Solange M. Falcão de Oliveira
Nara Rejane Soares W. Lins
Lúcia Penha Negri de Castro
André Dusek
Sílvia Correia de Faria
Mônica de Oliveira Tavares
Gláucia da Mata Machado
Paulo de Tarso Brasiense
Francisco C. Corrêa M. Sant'Ana
Rosalva Nunes da Rosa
Sérgio Carneiro Leão Loreto
Carlos Magno Zuqui Lisboa
Paulo César C. Coelho
Adriana Acioli Wolff
Elizabeth da Silva Catalão

“EDITORIAL”

O **CAMPUS**, como jornal laboratório do curso de jornalismo do Departamento de Comunicação, da Universidade de Brasília, tem como função o exercício do aprendizado técnico aliado à vivência profissional necessários à formação do jornalista.

A escolha do tema central deste número, *marginalidade no Distrito Federal*, confirma a necessidade dos alunos encarregados da elaboração do jornal, de compreender a nossa realidade mais próxima.

Brasília é um centro cujas características fogem às convenções arquitetônicas de uma cidade natural. Embora o seu planejamento urbanístico tivesse previsto uma harmonia social, que nela se desenvolveria a partir de médias governamentais, de distribuição de moradias, trabalho, lazer e ensino, o que

aconteceu foi a absorção de uma idéia por um sistema que se distanciou e se distancia cada vez mais das realidades populares.

O tão mal discutido sucesso de Brasília, deveria ser revisto a partir de uma análise da situação penosa de uma boa parte de sua população, que vive marginalizada das mordomias burocráticas, do comércio, dos poderes de decisão, apesar de integrarem o processo de criação do bem estar na sociedade. Os marginais de Brasília constituem o grande entrave que as autoridades encontram para solucionar o problema da sobrevivência no Planalto Central.

A Capital Federal é como uma formosa mulher de capa de revista, situada languidamente numa região desolada, atraindo os miseráveis de todos os pontos do país.

Burocratas ela atrai muito pouco, porque já se reduzem as transferências do governo. Industriais nem se fala, porque o desenvolvimento da região geoeconômica do Distrito Federal, não há quem se arrisque a qualquer expansão. Os grandes iludidos são aqueles que, já sem esperanças, se atiram num futuro sombrio.

A estratificação social em Brasília, além de se acentuar cada vez mais, traz em seu contexto a permanência de um *status quo* que sustenta o modelo econômico da livre concorrência, torna-a uma como qualquer outra. Nem mesmo a inspiração igualitária de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer puderam modificar as regras estabelecidas pelo capitalismo internacional, porque uma mudança nesse sentido necessitaria muito mais do que a simples criação de uma cidade.

**CLASSIFICADOS CLASSIFICADOS CLASSIFICADOS CLASSI**

O MURO e o **CAMPUS** tem sempre um espaço para publicar o seu anúncio. Sem qualquer despesa. Entregue a sua nota na Secretaria do Departamento de Comunicação.

Vende-se uma máquina fotográfica nova, ASAHI - PENTAX, cor preta, Cr\$ 21.000,00 a vista. Tratar com Renata. Telefone: 553 1295 ou no Departamento de Comunicação.

Trabalhos de Datilografia. Tratar com Darisa pelo telefone 224 1997, no horário de 6 às 7:30 horas da noite.

Datilografam-se trabalhos. Os interessados deverão procurar o João, na sala 15 do Departamento de Economia.

Venda de livros na Banca de Nanicos do Centro Acadêmico da Comunicação. Aberta diariamente de 8 às 12 horas, na sala 18 do Departamento de Comunicação.

Se você tiver contos, poemas, participe do Primeiro Encontro de Poetas de Brasília. O encontro será realizado no próximo dia 24 e os trabalhos deverão ser

entregues até o dia 20, na sala 18 do Departamento de Comunicação.

Vendo três cães de raça Weimaraner, prenfiados com medalha de ouro na última exposição Internacional do Kennel Club de Brasília. Falar com Leilane Neubarth Teixeira. Telefone: 273-5633.

Vendo uma bicicleta nova. Caloi Ceci, de três marchas, com cesta para os livros. Procurar Aparecida no Departamento de Comunicação, no período da manhã.

Aprenda inglês. Aulas particulares. Telefonar para 224 9131. Estamos a sua espera.

Chácara. Vendo com casa e demais benfeitorias, no Km 20 da Brasília/Belo Horizonte. Informações com a Sra. Nina, na sala 18 do Departamento de Economia.

Atenção. Quem encontrar um caderno grande de fundo preto, favor entregá-lo na secretaria da Economia. Está me fazendo muita falta. Grato.

Documentos perdidos. Pede-se a quem

tenha encontrado uma bolsa de mão, contendo documentos de um veículo, provavelmente deixada na agência do Banco do Brasil ou imediações, comunicar-se com o professor Elicio B. Pontes na faculdade de Educação, Ramais 2104 e 2127.

Vende-se um violino alemão. Uma raridade. Ótimo preço. Tratar fone: 273 1034 de 16:00 às 23:00 horas.

Aulas particulares de cálculo I, II e III, introdução a Física, Mecânica, Elétrica e Magnetismo. Tratar na SQN 406-Bloco N - Apt° 301.

Aluga-se um quarto de frente ou duas vagas para moças. Tratar na SQN 406 - Bloco F - Apt° 305.

Atenção colecionadores de Música Popular Brasileira, Edson, do Departamento de Comunicação, está vendendo os discos:

Valter Franco - primeiro LP a Cr\$ 50,00. E Proibido Proibir - Caetano Veloso - compacto a Cr\$ 30,00.

Água e Vinho - Egberto Gismonti - LP a Cr\$ 50,00.

GUARÁ: Dormitório inacabado

"Falta muita coisa no Guará. A iluminação pública podia ser bem melhor, o comércio nas quadras também. Na minha opinião, diz Aparecida Santos, estudante, recém-casada, os órgãos do Governo têm condições de ajudar a sua população em muitos setores. E só começar a querer ver o que a cidade está precisando."

Urbanização é outra reivindicação frequente dos moradores. "A poeira nas quadras é um tormento, que piora na época da seca — reclama dona Marly Oliveira, dona-de-casa. "Criança sofre muito com isso, vive caindo doente."

Deficiente sistema de transporte coletivo, má sinalização, pavimentação das vias em situação precária, inexistência de arborização nas quadras são outras queixas da população. "Falta luz toda noite, moça, e a água vem com piche" — reclama uma moradora da Quadra QI — 06 Guará I.

Cesta de lixo? Nem tem. Cabine telefônica? Só duas (uma no Guará I e outra no Guará II). Ponto de táxi? Apenas dois ("prá que mais?") Seis bancas de jornais, um clube, um cinema e um kartódromo.

O Guará conta com dois complexos escolares, dezoito escolas públicas, além de sete estabelecimentos de ensino particular. Os cursos de pré-primário estão sob responsabilidade de colégios particulares em sua quase totalidade, atendendo, atualmente, a 908 crianças enquanto os cursos de 1º e 2º graus, incluindo o supletivo, são da responsabilidade da rede oficial. Todos os que procuram matricular-se nos cursos do Supletivo e do Mobral são atendidos efetivamente. Não há escolas de ensino especial, destinadas a alunos deficientes.

De modo geral, a deficiência encontrada nas escolas refere-se à falta de áreas adequadas para a prática de educação física. Os alunos utilizam os estacionamentos, que na sua maioria não são asfaltados, para a realização dos exercícios das aulas. Os estabelecimentos de ensino em sua maioria carecem de melhores instalações. Sendo que muitos deles não têm sequer bebedouros, o que ocasiona frequentes reclamações dos estudantes.

No que se refere ao setor de saúde, nota-se no Guará a inexistência de serviços hospitalares. Segundo pesquisa realizada pela Codeplan, isto ocorre devido à pequena população desta cidade-satélite e à sua proximidade ao Plano Piloto, o que torna desnecessário a construção de um hospital especialmente para atender o Guará.

A Fundação Hospitalar do Distrito Federal, entidade vinculada à Secretaria de Saúde, é responsável pela unidade de saúde local da comunidade. Além disso, o Guará conta com dois Postos de Saúde, sendo que um funciona no Guará I e o outro no Guará II.

O Guará apresenta um coefi-

ciente relativamente baixo de criminalidade em comparação ao Distrito Federal, situando-se em 5º lugar em relação às oito localidades existentes. O aumento da criminalidade no Guará, em 1974, foi da ordem de 2,2% enquanto o Distrito Federal apresentou a média de 13,3%. As principais ocorrências criminais são: furtos e lesões corporais que representam 85% de todas ocorrências registradas no Guará.

O Guará é a cidade-satélite mais próxima do Plano Piloto podendo ser considerada como um bairro, visto que não possui vida própria. Isso com referência ao seu alto grau de dependência em relação ao mercado de outras localidades, pois sem a criação de um mercado próprio de trabalho, aumenta cada vez mais o índice de migração. O morador do Guará participa ativamente do cotidiano do Plano Piloto.

Pelo fato de estar a pouca distância do Setor de Indústria e Abastecimento, foi designado no Plano Estrutural do Distrito Federal como "Setor Residencial - Industrial", nome este, que não caracteriza a área, pois o Guará é um setor apenas residencial, cuja atividade industrial é praticamente inexistente, havendo somente atividades comerciais. O comércio do Guará, apesar de contar com um razoável número de estabelecimentos, não atende satisfatoriamente a comunidade, pois sua oferta é predominantemente de produtos alimentares.

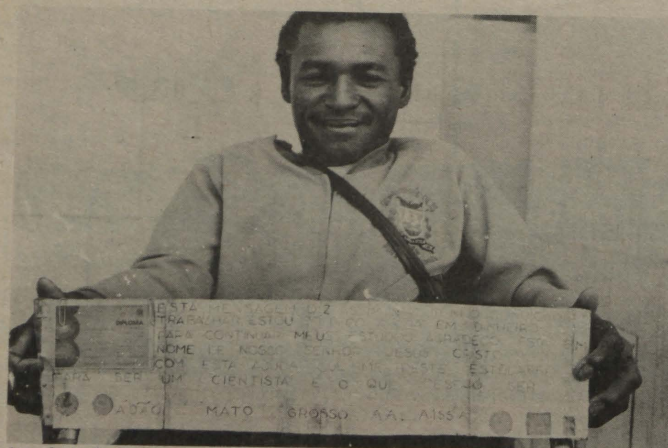
Sua feira, que funciona aos sábados e domingos, já faz parte do programa de fim de semana do brasileiro. Há um intenso movimento de vendas: moradores do plano e das outras cidades-satélites vão até a feira do Guará a fim de obterem maior quantidade pelo menor preço, além de artigos característicos das outras regiões do Brasil: lá se encontra de tudo; desde peças de roupa, calçados até produtos alimentícios. A feira complementa o comércio local, atendendo a população, apresentando, porém, algumas deficiências no tocante à higiene e à saúde pública local.

O primeiro conjunto residencial no Guará surgiu em 1967, por iniciativa de funcionários da NOVACAP, ajudando-se mutuamente, em "mutirão".

Paralelamente ao "Mutirão", a SHIS iniciou a construção do Guará I, num total de 13.393 residências, para atender uma população de 57.073 pessoas. Em 1972, com o objetivo de proporcionar moradia aos servidores do Governo do Distrito Federal, nasceu o Guará II.

Deste modo, do núcleo inicial de habitações construídas em mutirão, surgiram o Guará I e II, cuja linha divisória é a rede de alta tensão, que atravessa a cidade de ponta a ponta.





Introduzir técnicas sempre convence mais

O homem feito marginal

Texto: Romário Schettino e Raimundo Estevam Silva

Fotos: Romário Schettino

Os migrantes que chegam a Brasília para ver se conseguem um emprego, para tratamento de saúde ou para ver uns parentes, acabam ficando por um motivo ou por outro.

O caso de José Teixeira da Silva é a regra geral. Saiu de Recife com mulher e três filhos pequenos, num caminhão "pau-de-arara", para vir morar debaixo de uma mangueira na cidade-satélite de Planaltina.

P — Há quanto tempo o senhor não trabalha?

R — Há oito meses.

P — Há quanto tempo está em Brasília?

R — Há 15 dias.

P — O que o senhor sabe fazer?

R — Nada. Só sei trabalhar na roça.

P — Mas posso ser ajudante de pedreiro, né?

P — O senhor acredita que pode conseguir emprego em Brasília?

R — Mas será possível que um cidadão brasileiro como eu, não consegue emprego aqui, só?

E o espanto. Não admite a volta à terra natal sem, pelo menos, uma pequena melhoria de vida. O migrante geralmente quer voltar, mas enquanto isso, pede esmolas no Setor Comercial Sul ou na Rodoviária. José já ouviu dizer que existem muitas chácaras ao redor de Brasília, e ele prefere esse tipo de serviço a trabalhar em construção. Mas essa escolha dificilmente acontece. A maioria dos migrantes enfrenta mesmo a construção. As vezes nunca foram profissionais, mas a premência da vida os torna carpinteiros da noite para o dia.

Um parte dos que vieram para tratar de algum negócio, fazer uma consulta médica pelo INPS, voltam para suas cidades, se elas se situam próximas ao DF; os outros prosseguem sua luta. Os mais organizados invadem terrenos baldios, constroem barracos, que são derrubados pela polícia; persistentes, constroem de novo em outro lugar, até conseguirem um lote na Ceilândia e se integram de vez na comunidade dos periféricos.

De desgraça em desgraça, o migrante pode se tornar um mendigo profissional.

MENDIGOS

Segundo a Fundação do Serviço Social do GDF, há mendigos faturando até Cr\$ 5.000,00 mensais. São os chamados mendigos irrecuperáveis. "Não somos bobos de enfrentar o 'honrado trabalho de peão, ganhar o mísero salário mínimo e sair de casa pela madrugada em nojentos cami-

nhões de transporte", afirma Antônio José na W-3 Sul.

Mas a caridade pública não sorri para todos. Pedir esmolas, além de humilhante para a condição humana, mesmo ganhando dez, vinte mil cruzeiros, nunca deve servir de parâmetro para caracterizar as preferências do povo trabalhador. É uma imposição que a própria sociedade criou para se justificar diante de tantas explorações.

Dona Maria da Cruz, que faz ponto na passarela do Conjunto Nacional, disse que é viúva, tem dez filhotes que não sabe o que é viver. O que ganha pedindo esmolas é ridículo. Quando veio de Salvador para Brasília, ouviu dizer que "a Capital Federal possui órgãos oficiais que ajudam os pobres, mas até hoje eu não vi nada disso". Trabalhar ela não pode porque não sabe fazer nada, e além disso, precisa cuidar dos filhos.

Outra mulher, D. Aparecida, que há três semanas veio de Aracaju para morar num lote de uma conhecida sua na Ceilândia, disse que "desconhece a ajuda das instituições governamentais". A única ajuda que tem é das pessoas que passam pelo Conjunto Venâncio. Seus filhos estão espalhados pelo mundo. Como quase todos os filhos desses pobres. D. Aparecida não sabe dos seus. Provavelmente alguns deles foram parar no Juizado de Menores, ou estão sendo perseguidos por uma das "bondosas" casas de caridade, que ganham subsídios do governo por cabeça que alimenta. Não é vantajoso ter leitões vazios.



Equilibrar... eis o problema

MENORES ABANDONADOS

As crianças "sem dono" trabalham em Brasília nas mais variadas profissões. Lavam os carros nos estacionamentos, vendem frutas e bugingangas nas ruas, assaltam passageiros de ônibus, são carregadores de papéis velhos. São os biscateiros-mirins.

Também para o presidente da FSS, Nelson Guimarães, "o problema do menor abandonado é o pai desempregado". O ciclo se fecha numa infinidade de razões. Há cerca de 42 variáveis que tornam o menor delinqüente, e o assistencialismo paternalista das obras sociais não age em função de nenhuma delas. Por isso, este problema, científico e humanamente possível de ser resolvido, vem se agravando dia a dia.

Mas o desemprego não é a única razão da marginalidade. Por acaso, o filho e o pai que trabalha não seriam outros marginalizados desse sistema social que gera anseios de melhoria de vida? A prostituição, por exemplo, como meio de vida, não seria um mal a combater?

PROSTITUIÇÃO

Há quem diga que sim, e de diversas maneiras. A tentativa do Deputado do MD-B, Roberto de Carvalho em ver solucionado o problema elaborou projeto de lei em outubro de 1975, estabelecendo medidas dispostas sobre o confinamento da prostituição, controle sanitário, assistência previdenciária e reeducação das prostitutas — além de reforçar o seu próprio machismo, demonstra o desinteresse das classes dominantes em solucionar um problema através de reformas sociais mais profundas.

Sobre esse projeto de lei, Gisela Mara, prostituta do quilômetro 7 da rodovia Brasília - Belo Horizonte, disse que "acho uma boa a regulamentação da profissão, pelo menos a gente não teria que aturar os abusos da polícia e de alguns rufiões por aí, que andam ameaçando a vida da gente".

Para Caludinet, o confinamento seria bem em Brasília, porque "aqui, no Plano Piloto, não temos as 'zonas', e isso limita muito a nossa área de trabalho". Na verdade, os apartamentos, alugados em algumas quadras da Asa Sul, dão margem a um faturamento em torno de Cr\$ 600,00 a Cr\$ 1.000,00 por cliente.

Já o travesti Kiki, que faz ponto na rampa do Hotel Nacional, acha que "não tem nada a ver essa lei, principalmente porque ela não fala nada sobre nós". Ele é realmente uma exceção: disse que ganha até Cr\$ 600,00 por uma noite. "E olha que muita gente fina dorme comigo. E só carros elegantes que param aqui: Mercedes pra lá".

Brasília continua a ser o grande sonho de iludidos e desafortunados imigrantes que aqui chegam para ganhar a vida. Dos que vêm de localidades próximas, muitos, desiludidos, voltam ao se depararem com a triste realidade. Outros, que vêm de longe, à procura de trabalho, moradia ou tratamento de saúde, tentam, desesperadamente, escapar da desgraça e da miséria iminentes. Não é um profissional mas pode ser ajudante; não tem casa mas pode viver numa invasão; não tem assistência médica, então vai pedir esmolas. Os filhos, "se viram". Para outros, a prostituição é uma solução, não faltando aqueles que, por razões nem sempre convincentes, ingressam no submundo do crime, vítimas que são também desse flagelo social.

Também, nem só de sexo vive as prostitutas, há as que possuem outras profissões durante o dia, como é o caso de uma secretária que disse exercê-la "por questão de satisfação social. Na verdade, a profissão que me dá sustento é a noturna, pois como secretária ganho apenas mil e quinhentos cruzeiros mensais".

Uma outra, balconista, disse que precisa aumentar a renda pois, paga caro uma empregada para cuidar do filho menor, além de médicos para consultas periódicas, aluguel, condução etc. Tudo como qualquer outra pessoa. "só que vivemos às ocultas por não sermos consideradas pela sociedade, que nos trata como marginais e de vida fácil", reclama Eunice, da boate Batalá.

Em Brasília, a prostituição adquiriu um aspecto menos insalubre no Plano Piloto. Os apartamentos não podem ser comparados com as zonas tradicionais das cidades antigas. Os homens daqui já sabem onde encontrar as "profissionais do sexo" de uma maneira bem discreta. Altos funcionários alugam quartos para os encontros furtivos a preços módicos. Os mais exigentes, porém, podem se servir de luxuosos motéis espalhados pelo Distrito Federal, que chegam aos requintes de piscina térmica, camas giratórias e anonimato completo. Já a população de baixa renda, amiga inseparável da aventura alucinante, prefere o poder mágico da vegetação do cerrado, para seus encontros amorosos em noites de lua cheia. Além do quilômetro 7, a zona de Planaltina também é ponto de encontro para aqueles que preferem a tradicional zona do meretrício, como dizem os pudicos senhores da lei.

LADRÕES

Nesse ambiente de desamparo, desafio e guerra, os ladrões completam quadro do flagelo social. Chega-se a um ponto de não poder mais detectar os focos. São ladrões apenas os desocupados? Os sem documentos? A essas perguntas, respostas vagas. As delegacias de polícia, através do repórter policial, afirmam estar agindo em todos os cantos da cidade. Prendendo, atuando em flagrante, desmantelando quadrilhas. Entretanto, rara é a vez em que não se ouve alguém contar que já foi roubado ou teve o carro arrombado.

A psicologia social atribui esse alto índice de criminalidade à má distribuição da renda e ao péssimo tratamento carcerário a que estão submetidos os presos, incompatível com a tentativa de recuperar o indivíduo. Ao contrário, o corretivo aplicado ao criminoso só o torna reincidente, conforme já foi constatado pelas autoridades judiciárias.

Os pioneiros estão sem teto

Texto: Fe° Moreira

«Eu acompanhei todo o nascimento de Brasília. Era munidor de armas da V Região Militar quando JK foi eleito... Vi quando o ministro da Guerra, Teixeira Lott, garantiu a posse do presidente. Quanto JK veio fundar a capital, eu vim junto cuidar da manutenção das máquinas da Construtora Rabelo». Assim fala Antonio Ferreira Pacheco, - Pai Velho - mineiro 59 anos que já em 1953 dirigia caminhões pelo Planalto Central.

No início de Brasília, fixou-se nas proximidades da construção do Palácio da Alvorada, a Vila Planalto. As casas de madeiras eram autorizadas pela NOVACAP ou pelas próprias Construtoras que ali conseguiam áreas afim de instalarem seus empregados. No ano de 1958, a Vila Planalto tinha uma população de 20 mil habitantes e ainda hoje, abriga 700 famílias e quase 800 migrantes solteiros que após edificarem a Capital não encontram nela suas moradias.

Os fiscais da TERRACAP, não permitem em hipótese alguma, a reconstituição, parcial ou total, de

um barraco. Se algum deles cai ou pega fogo, eles consideram: um lote a mais um problema a menos.

Em 76, num acidente de carros, um caminhão descontrolando-se, derrubou parte do Bar Galleti. O proprietário não conseguiu autorização para arrumar o barraco e como única solução, teve que destruí-lo por completo.

Outro caso típico aconteceu, no ano passado, com a Padaria Nacional, de propriedade do senhor Elias. A construção era de madeira e os fiscais da Saúde Pública viam a atormentá-lo alegando falta de higiene. Seu Elias para resolver o problema, construiu novas instalações, por dentro das de madeira. Depois de prontas, e como não é permitido mexer em qualquer construção, veio a polícia e pôs tudo abaixo, levando inclusive as máquinas da Panificadora.

O GDF insiste em acabar com a Vila, mas nada faz para facilitar a moradia para os que construíram, inclusive, o Palácio da Alvorada.

Há na Vila, moradores que ali chegaram em 1957. Ajudaram a devastar o mato quando estavam sendo erguidos os primeiros barracos. Existem na Vila Planalto, pioneiros, que há 8 anos estão inscritos na SHIS e nunca apareceram entre os ganhadores da casa própria.

«Não é porque chamam a Vila de área de segurança que nós não temos o direito de morar também, diz Seu Chapéu.

Na Vila, quando uma boa casa é desocupada, logo aparecem novos interessados, sempre funcionários do GDF. Se na Vila Planalto, não existe mais lugar para os pioneiros, há no entanto belas residências ocupadas por pessoas importantes do atual governo. É morador da Vila, hoje, o ministro Reis Velloso que ocupa a mesma casa habitada pela filha do ex-presidente Castello Branco, na época do seu governo.

São muitas as famílias ameaçadas de despejo. A TERRACAP diz que todo o local será desocupado até março de 79, em virtude

de ser área de segurança e, mais cedo ou mais tarde, acontecerá aos pioneiros da Nova Capital, o que aconteceu aos moradores das antigas invasões - Vila do IAPI, Vila Tenório e Morro do Urubú - que segundo os habitantes da Vila, nunca foram consultados se queriam ou se podiam mudar.

Na Vila, muitos se recusam a dar informações, pois recebem ameaças por parte dos fiscais da TERRACAP, principalmente do senhor Ferreti, que ali vive a procura de motivos para despejar mais um.

João Pereira, candango, 45 anos de idade, afirma: «Juscelino Kubitschek foi sempre a favor da preservação da Vila e nunca permitiu que se fizesse despejo em lugar nenhum de Brasília».

«Seu Chapéu» que chegou na Vila em 1957, e fez hora-extra todos os dias durante a Construção do Palácio da Alvorada, diz: «Se a gente soubesse disso em 1957, teríamos pensado duas vezes antes de construir a Capital».

A NOITE

a insegurança dos moradores

Texto: Hécio Vieira Cordeiro

As cenas que se seguem são da cidade L Norte, construída pela SHIS no espaço localizado entre Taguatinga e Ceilândia. Seus moradores habitam casas padronizadas com cinco repartimentos. As ruas não são asfaltadas; exceto a via central que cruza o centro da cidade separando-a da cidade M Norte. Há ainda a falta de esgotos proporcionando um constante mau cheiro das águas empoadas - e dando assim um quadro de completa sujeira para seus moradores.

Assim, a cidade torna-se hoje, mais um ponto de atuação da criminalidade noturna em Brasília. Basta que o sol se esconda.

Genésio Henrique, morador da quadra 13, perto do Sesi, saiu de casa às 19 horas para tomar um ônibus para Ceilândia, pretendendo levar Cr\$ 750,00 para sua irmã, quando avistou dois indivíduos se aproximarem. Sem que esperasse foi golpeado brutalmente na cabeça, caindo momentos depois, quando recuperou os sentidos, não dispunha mais de um tostão nem de seus documentos.

Às 21 horas, conta uma servente que mora na quadra 10, quando acaba de sair do emprego, foi agredida na quadra 8 por indivíduos estranhos. Eles levaram todas as suas economias e seus documentos, dando-lhe ainda uma surra daquelas. Segundo ela, só não a mataram porque pedira clemência, alegando ter duas filhas menores para criar.

Às 22 horas um casal de namorados voltava da escola quando foi interrompido por dois «corujões da noite». Roubaram todos os trocados do rapaz, assim como seus documentos, e deram-lhe uma surra tremenda. Quanto a moça, arrancaram-lhe toda a roupa a canivete e morderam-lhe os seios até que, desesperada, ela con-

seguisse safar-se e correr pelas ruas da quadra 6 em trajés de Éva, até encontrar uma porta semiaberta pela qual entrou, sendo socorrida.

Às 23 horas, na quadra 13, um rapaz residente no Guarã contou que esperava há mais de hora o ônibus, quando inesperadamente assistiu a uma cena para ele inédita. Bem à sua frente, no outro lado da pista, dois sujeitos agrediam um rapaz, esfaqueando-o para roubá-lo e deixando-o caído sobre a terra solta. Estarrecido, nada fez. Toda a área já estava deserta e coberta por muita poeira que o vento incessantemente soprava. Tudo foi muito rápido; ele não fez outra coisa senão afastar-se imediatamente do local, indo esperar o ônibus em outra parada. Se encontrou, teve sorte. Mais tarde na quadra 15 roubaram até mesmo o ônibus do Geipot que se encontrava

parado em frente a casa do motorista. Porém conforme disse o piloto, eles não foram além de Taguatinga Sul devido a falta de gasolina. Nada fizeram com o ônibus, deixaram-no em perfeito estado, embora com uma calcinha rasgada e suja em cima do volante.

Assim a noite vai passando. Muitos moradores preferem ficar em casa vendo televisão. O cinema mais próximo fica em Taguatinga, o que proporciona um risco. Diversos moradores culpam a distância e a má localização dos pontos e a constante demora dos ônibus. A pista é única, o movimento dos carros arranca do asfalto a poeira varrida pelo vento. Com isso as condições dos pedestres tornam-se cada vez mais inseguras no desabrigo escuro das paradas. Acreditam os moradores que o ataque vem dos favelados da Ceilândia, visto a L Norte ser habitada por pessoas vindas de vários lugares de Brasília.

Sobradinho: Uma cidade onde a paz, a tranquilidade e as deficiências caminham de mãos dadas.

Texto: Wanderley Barroso e Rosalva Nunes

Também conhecida como «Petrópolis Candanga», devido à sua localização num ponto mais elevado que o Plano Piloto, a cidade-satélite de Sobradinho, assim como as outras sete, dependem do Plano para seu desenvolvimento.

Sobradinho, que fica a 21 quilômetros de Brasília, tem 17 anos e conta com uma população de 61.000 habitantes. Destes, 21.000 são estudantes que se distribuem nas 274 salas de aula dos colégios sobradinhenses. No setor de saúde, a cidade possui três unidades, incluindo o Hospital de Sobradinho, mantido pela Universidade de Brasília e no qual os estudantes de medicina fazem seu estágio. A população, entretanto, reclama do atendimento, considerado precário.

É no Plano Piloto que os habitantes de Sobradinho vêm buscar emprego, diversão e fazer suas compras, mesmo tendo que enfrentar o péssimo sistema de transporte coletivo. Zélia da Costa, 18 anos, trabalha há três como empregada doméstica em Brasília: «Todo dia eu levanto pelas cinco horas. Quando o ônibus chega, tá tão cheio que não cabe mais ninguém lá dentro, daí eu espero o outro, mas não adianta muito não, venho apertada do mesmo jeito. Quando eu chego atrasada, a patroa reclama. Assim vou acabar é perdendo o emprego».

Nesta pacata cidade de coloridas casas, onde ruas arborizadas lembram o interior brasileiro, o painel humano é muito diversificado, pois abriga pessoas das mais diferentes categorias profissionais, embora haja uma predominância de operários da construção civil e pequenos funcionários públicos. Custódio de Oliveira, cearense que chegou a Sobradinho há um mês, conta que está feliz porque já conseguiu até um emprego numa obra em Brasília: «muito melhor que lá em Sobral; por enquanto

até que tá bom, né? Um dia arrumo coisa melhor».

Assim como Custódio e Zélia, a maioria da população trabalha no Plano Piloto e diariamente enfrenta os desprazeres proporcionados pela Viaplano, companhia que explora a linha Sobradinho-Brasília: os ônibus são velhos, levam o dobro de passageiros que comportam e, não raramente, colocam em risco suas vidas, tendo provocado vários acidentes.

O comércio local é deficiente. Em apenas uma das 17 quadras que compõe a cidade é possível encontrar lojas de médio porte. Para dona Maria do Carmo dos Santos, tudo isso está muito bom: «Quase nunca saio daqui, encontro sempre o que preciso. Meu marido tem uma oficina de televisão, a gente vive muito bem, graças a Deus posso criar as crianças em paz. Aqui não tem crime não, como na Ceilândia, viu? E tem escola também, pelo menos por enquanto».

Na área de diversão, Sobradinho quase não tem opções. O estádio de futebol foi um investimento caro, que no entanto é pouco aproveitado porque quase nunca há jogos e, quando há, não atraem grande público. No pequeno cinema, os filmes de karatê nunca saem de cartaz. Recentemente foi inaugurada uma discoteca, fato que agradou bastante a juventude. Mas Luis Antônio Prado, de vinte e um anos e estudante de Economia na UNB, não vê nada disso com otimismo: «Seria bom que houvesse teatro, grupos de teatro que apresentassem seus trabalhos em escolas, gente que movimentasse a vida cultural da cidade, enfim, pessoas que se preocupassem um pouco mais com Sobradinho, que afinal até poderia ser uma boa cidade. O problema aqui é que eu me sinto esquecido sabe? Meio isolado, meio à margem de tudo...».

“Brasília luta por uma representação política”

Texto: Marta Gontijo

Apesar do contingente de mais de 400 mil eleitores — segundo dados extra-oficiais do Tribunal Regional Eleitoral — superior ao de alguns Estados da Federação, como Acre e Sergipe, o Distrito Federal não possui representação de qualquer espécie. É o projeto de emenda constitucional do Senador Catete Pinheiro, que visa a sanar, em parte, essa anomalia, é considerado de difícil aprovação.

A tenência da Maioria, refletindo o pensamento governamental, é rejeitar a proposição. Segundo o MDB, com o objetivo de manter o Governo do Distrito Federal à margem de uma efetiva fiscalização parlamentar, tanto no que se refere a seleção de prioridades para aplicação do dinheiro público, quanto no que concerne ao desenvolvimento urbano, setor em que, com muita frequência, vem sendo desobedecidas as linhas-mestras traçadas por Lúcio Costa.

O principal argumento utilizado contra os movimentos em favor da representação política do Distrito Federal é o de que o Senado é sua casa Legislativa. Com efeito, o parágrafo primeiro do artigo 17 da Constituição estabelece que “cabará ao Senado Federal discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal”.

No entanto, como se conclui da leitura, o texto está longe de atribuir ao Senado as funções de Câmara Legislativa, no seu sentido mais amplo, da Capital da República. Além do mais, como tem assinalado o Senador Itamar Franco, em diversos pronunciamentos, faltam ao Senado tanto vocação como condições para o exercício da missão que lhe é atribuída pela constituição. Os Senadores devem estar voltados para o conjunto dos problemas da Federação, que constitucionalmente representam. E, se alguma unidade lhes deve merecer maior atenção, esta será aquela pela

qual foram eleitos e de cuja reeleição dependem.

Esta mesma opinião foi externada pelo chefe de gabinete do Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, quando diz que a comissão do Senado para tratar dos assuntos do Distrito Federal, não tem estrutura adequada para cumprir as obrigações emanadas da Constituição, uma vez que os Senadores eleitos, além de suas preocupações constitucionais, têm pouca vivência dos problemas da Capital, o que não lhes permite uma visão crítica da situação local. O que nós queremos, disse o Sr. Oli Moura, é uma representação que possa canalizar os anseios, os desejos e os reclamos de nossa população. Assim, a eleição por via direta de três Senadores por Brasília, já permitiria um melhor debate acerca dos problemas da cidade. A população quer e precisa participar da vida da comunidade. As inúmeras atividades econômicas, estão também a exigir esta representação, para uma atuação mais direta e eficaz na condução de seus negócios; um contato direto e mais de perto, possibilitará, por certo, um reescalonamento, quando necessário, dessas atividades.

A emenda Catete Pinheiro, que atualmente tramita pelo Congresso Nacional, é até modesta. Ela apenas determina, a partir de 1982, a eleição de três Senadores pelo Distrito Federal, deixando de lado a representação na Câmara dos Deputados e a instalação de uma Assembleia Legislativa.

O autor do projeto, pretende com isso, atingir duas finalidades básicas: a primeira, atento às dificuldades da aprovação de uma proposição mais abrangente, teria por finalidade quebrar o impasse que se formou em torno da representação política, a segunda teria por objeto tornar o Senado um órgão mais atuante no desempenho de sua missão constitucional, através de representantes direta-

mente interessados na problemática brasiliense.

Mas até essa pequena abertura está sendo vedada. Pronunciamentos do Presidente e do relator da Comissão Mista, respectivamente os Senadores Wilson Gonçalves e Heitor Dias, deixam poucas esperanças de ver a emenda aprovada, embora os argumentos sejam inteiramente inconvincentes.

Para o Senador Wilson Gonçalves, por exemplo, a autonomia econômica. Isso é cada vez menos verdade, afirma o Senador Itamar Franco. Hoje, argumenta o Senador, excetuando o Estado de São Paulo, nenhuma unidade da Federação dispõe de autonomia financeira. Todas dependem do Governo Federal; todas estão endividadas, interna e externamente, com o aval do Banco Central; nenhuma executa obras de vulto sem ser em convênios com órgãos da administração federal; e há Estados, que, até para pagamento de seu funcionalismo necessitam de suplementação de verba por parte da administração da República.

O Senador Heitor Dias, relator da emenda, depois de esclarecer que a proposta é intempestiva porque ela chega ao Congresso numa hora em que toda a programática eleitoral já está definida, negou declarações a ele atribuídas, segundo as quais a Capital da República, não poderia ter seus representantes no Senado porque não possuía cidadãos natos com 35 anos de idade — faixa etária mínima para a escolha de Senadores — informando que existem Senadores eleitos por outros estados de onde não são naturais.

A pressão contra a representação política chegou aos jornais de Brasília. Em sua edição de 12 do corrente, o “Correio Braziliense” faz coro contra ela, assinalando que a “Capital da República” foi concebida dentro de pressupostos políticos e administrativos incompatíveis com as formas conven-

cionais, o que não é verdade. Quando da transferência da Capital, a Lei San Thiago Dantas, que deu estrutura político-jurídica ao Estado da Guanabara e ao novo Distrito Federal, previa, para este, até uma Câmara de Vereadores.

Naquela época, Brasília, com apenas trinta mil habitantes, ainda enraizados, eleitoralmente, em seus Estados de origem, não oferecia condições de possuir uma representação política, capaz de revestir-se de autenticidade.

Para Peterson Gomes, do “jornal Vanguarda de Brasília”, as condições hoje são inteiramente diferentes. Já passa de 400 mil o número de eleitores de todas as categorias. Professores universitários, estudantes, altos e modestos funcionários, grandes e pequenos empresários, magistrados e serventuários da justiça, operários, em suma, integrantes de todas as camadas populacionais. E uma circunstância deve ser destacada, afirma Peterson: a de que um considerável contingente de jovens engrossa, anualmente, o contingente eleitoral. Engrossa-o obrigatoriamente, pois é obrigado, aos 18 anos, a tirar o seu título de eleitor. E para que, pergunta ele, se o eleitor de Brasília é um cassado nato. Dessa forma, o impedimento do eleitor brasiliense tipifica uma violação, e mais do que isso, uma injustiça constitucional que não se explica. O eleitor da Capital, se desigual dos demais; ficou despojado do seu direito de participar, transformando-se num pária na paisagem política — como disse Paulo Timm, Presidente da Associação dos Economistas do Distrito Federal: “um punido sem crime”.

O candidato à Presidência da República pelo MDB, General Euler Bentes, também se mostrou favorável à representação política para o Distrito Federal, dizendo que “uma sociedade solidária só pode existir com a liberdade de se expressar pelo voto”.

JORNALISMO POLÍTICO: uma faca de dois gumes

Conversando sobre problemas práticos de políticos de Brasília, estiveram presentes a seminário promovido pelos alunos e professores de Técnicas do Jornal e Periódicos I, do curso de Comunicação da UnB, durante o horário de uma aula, no dia 16 de setembro.

Armando Rollemberg, Jornal de Brasília e Assessoria do Candidato do MDB à Presidência da República; Lêda Flora, O Estado de São Paulo; Alexandre Garcia, Jornal do Brasil e João Emilio Falcão, Folha de São Paulo; Jornal do Brasil e Presidente do Comitê de Imprensa do Senado Federal, retomaram a discussão sobre a necessidade de adaptação do estudante de jornalismo ao mercado mais em evidência na Capital Federal: cobertura jornalística na política nacional.

Rollemberg, abrindo os debates, disse: “Acho muito difícil ser um bom jornalista político sem conhecimentos de História e Economia. Tive que estudar muito estes dois assuntos porque me sentia inseguro no entendimento do processo político brasileiro. Outra necessidade é o conhecimento, de pelo menos, uma língua estrangeira. Isto porque a política internacional interfere na política nacional, e

é preciso ter acesso às informações que vêm de fora com maior rapidez e não ficar esperando traduções a vida inteira”.

Um outro problema colocado foi o da objetividade da notícia. Para João Emilio Falcão essa questão não está localizada no produto final do ato de escrever “porque não existe repórter frio, que analisa os fatos sem interferência pessoal. O importante é saber a posição do jornalista sobre a matéria e não a do jornal como empresa”. Contrariamente, Armando Rollemberg acha que não existe a objetividade no jornalismo, pelo fato de que o próprio dono do jornal tem seus interesses a defender e se utilizar sempre do seu jornal para fazer isto.

Lêda Flora, que cobre a Câmara dos Deputados ressaltou que existe o tipo de informação que é transmitida diretamente para o editor do jornal. Seguindo, a informação, o roteiro de “poder de governo para poder de imprensa”.

Com experiência no rígido Comitê de Imprensa do palácio do Planalto, atualmente cobrindo o gabinete do General Figueiredo,

Alexandre Garcia revelou que apesar de existirem as fontes oficiais, como o Coronel Ludwig, porta-voz do Palácio do Planalto e Said Farah, no Aracôara Hotel, o repórter deve buscar outras fontes de informação, porque por trás do assessor de imprensa há toda uma estrutura que pode ser ouvida no sentido de esclarecer ou completar uma nota distribuída oficialmente.

Para conseguir um credenciamento no Palácio do Planalto, o jornalista tem que passar por um rigoroso exame na Segurança do Planalto, e, se o profissional não se enquadrar aos padrões impostos é atingido diretamente pela chamada “cassação branca”, ficando impedido de trabalhar naquela área, foi o que constatou também Alexandre Garcia.

Um dos alunos disse que, pela sua experiência no Jornal de Brasília, as coisas não funcionam exatamente como se quer, pois ao tentar fazer uma matéria sobre o Governo do Distrito Federal, recebeu ordens de suspender seu trabalho porque a direção do jornal não queria esse tipo de trabalho e caso insistisse seria demitido, da mesma forma que um acadêmico pode ser reprovado por não seguir as orientações do professor.

Feira da Ceilândia, biscates e lazer

Texto: Paulo de Tarso Brasiense

A Feira da Ceilândia ocupa uma praça logo à entrada da cidade-satélite, toda calçada com paralelepípedos, muita terra e casca de fruta. São cerca de cento e cinquenta barracas alinhadas entre corredores estreitos, entupidos de fregueses. Dividida em três áreas de acordo com a natureza da mercadoria: logo na entrada, de frente para a pista, ficam as barracas de mantimentos que vão desde o prato feito até condimento e cereais; no centro ficam os balcões de tecidos e roupas em geral; no final ficam os armarinhos, uma mistura de sapatos, produtos de beleza, óculos e remédios.

A Feira é bastante útil às donas-de-casa que têm aqui os produtos básicos para abastecer a cozinha. Dona Sinhana, por exemplo, gerente de uma pensão para estudantes diz o seguinte:

— Costumo vir umas três vezes por mês. Eu toco uma pensão aí em Taguatinga e a feira me facilita muito o trabalho. Fica mais barato do que em supermercado, só que de uns tempos para cá esta feira vem decaindo muito. As verduras não são muito frescas e a maioria tá que nem este tomate aqui: muito pequeno e pedrado.

Já o feirante que atendeu dona Sinhana explica que as verduras vendidas aqui na feira vêm quase todas do interior de Goiás e também chácaras no Distrito Federal. Seu Tomás, o feirante, é baiano e não mora na Ceilândia. Tem uma chácara entre Brasília e Anápolis - que não é dele, mas arrendada - onde ele planta hortaliças. Segundo seu Tomás os legumes vendidos em supermercados vêm todos de São Paulo e são de qualidade superior.

— Nós não temos recursos pra tá comprando tanto remédio pra planta. O resultado é esta cenoura toda avexada.

Outro feirante, também chacareiro, diz que as freguesas são sempre "reclamonas" e "pechincheiras".

— Minha verdura é fresquinha, foi colhida de ontem pra hoje. Além dessa vantagem ainda é mais barata e não tem veneno.

Uma freguesa diz que "japonês é que tem malícia pra plantação. Aqui na feira não têm japonês e as verduras não são lá essas coisas".

Entre uma barraca e outra o povo se amontoa. É interessante notar que poucos param pra comprar alguma coisa. A maioria passeia de um canto para outro como se olhasse vitrines. Muitos param nas barracas de raízes e condimento, perguntam o nome disto e daquilo, apalham, cheiram e já dão por encerrada a "compra". Os produtos são bastantes variados: casca de jatobá, losna para chá, semente de abóbora, gengibre, jurubeba em conserva, pimenta de cheiro, gergelim, sal grosso, etc. Segundo o vendedor "as raízes são daqui mesmo e têm muita saída."

Enquanto os feirantes de legumes e raízes são na maioria da zona rural, os vendedores de roupas moram



Domingo, onze horas da manhã. A pista que liga Taguatinga à Ceilândia está cheia de carros e principalmente táxis, a maioria em direção à Feira. A esta hora o movimento vai atingindo o climax e os visitantes são recebidos por uma nuvem de poeira. Aqui alguns tomam caldo de cana e ali outros comem macarronada ou um prato feito com frango frito. Todos muito à vontade, inclusive as moscas que passeiam sobre uma forma grande de salada mista.

todos em cidades-satélites. Antônio de Moraes, por exemplo, é um comerciante de armarinhos que mora em Taguatinga e tem uma loja no Gama.

— A mercadoria é comprada diretamente da fábrica e é mais barata do que nas butiques. Quem vende mais barato do que eu é porque comprou artigo de segunda, com defeito de fábrica ou desatualizado.

Entre os vendedores de roupa tem até empregados em construção civil que trabalham em obras durante a semana e aos sábados e domingos armam as barracas no Guarã e na Ceilândia. Seu Francisco, dono da barraca 233, trabalha na obra do Banco do Brasil e vende roupas para um comerciante árabe de Taguatinga. "A mercadoria não é minha - diz ele - mas do Rassi que é um comerciante lojista. Minha comissão é de cinco por cento. A gente tem que se virar pra defender o feijão, é ou não é?". Outro Francisco, vendedor de queijos, requeijões e doce de leite, trabalha durante a semana como copeiro no Banco do Brasil: "Com mulher e filhos pra sustentar se eu fosse viver só com o que a Confederal me paga, tava perdido."

Uma das "atrações" na Feira da Ceilândia é uma barraca de óculos com grau. O freguês chega, experimenta, faz um teste lendo uma folha de jornal e não precisa gastar dinheiro com oculista. São lentes simples (para perto), com armação de plástico e de preço acessível.

Em volta da Feira ficam os vendedores ambulantes que transitam por praças e calçadas. Sua mercadoria vai desde pentes até remédios homeopáticos que - prescrevem moléstias como erisipela, sífilis, doenças de pele, impotência, espinhas, furúnculos, etc. Algum vendedor mais afoito discursa como "o homem da cobra" e atrai mais fregueses com a promessa dos milagres operados por seus produtos.

Os frequentadores da Feira da Ceilândia são na grande maioria os moradores do lugar, segundo Dona Catarina, uma vendedora de "quebra-queixo": "Quem vem aqui é o povo das redondezas. Muita gente de Taguatinga também, mas isso aqui já é quase uma cidade só." Esta frequência majoritária dos moradores da Ceilândia é que dá uma orientação de fato popular na oferta dos produtos. São artigos que em grande parte não teriam saída para um público do plano piloto, por exemplo.

A concorrência com o comércio local praticamente não existe, já que aos domingos grande parte dele está fechada.

— A concorrência que tinha já acabou - diz Francisco - que era a feira do Guarã quando funcionava no mesmo dia. Depois a gente conseguiu que as duas funcionassem em dias diferentes.



CONCEITOS DE M



Marginal: aquele ou aquela que vive à margem? Pois sim. A marginal do Tietê; em São Paulo. Duas avenidas que margeiam o rio poluído e tentam inutilmente facilitar a fluidez do tráfego. Pois não. Marginal também o artista, o criador, aquele que produz - em determinada época essa coisa nem sempre bem comportada chamada arte.

Marginal - todos os produtos de fora do sistema consagrado. Estética, forma, formato, modo e maneira (portanto meio) que margeiam (qual infinitas avenidas) o rio poluído do consagrado, do admitido, ou mais comumente do permitido, e tentam utilmente permitir o tráfego das idéias novas.

(PROFESSOR CLIMÉRIO FERREIRA - COMUNICAÇÃO)



O chamado marginal será o cidadão que não se ajusta ao ordenamento jurídico. Fica à margem dele. (Professor Farias - Direito)



Família Marginal ou Unidade Familiar de Consumo Marginal. São famílias cujo nível de renda as incapacitam para atender qualquer despesa que não sejam aquelas destinadas ao suprimento de suas necessidades básicas - não estão satisfazendo suas necessidades básicas a partir de critérios nu-

tricionais - nível mínimo de nutrição. Qualquer família que tenha a renda inferior a cerca de um salário mínimo, não consegue ter uma dieta alimentar mínima. Mas não só de pão vive o homem: além da alimentação existe o vestuário, locomoção, saúde, habitação e educação. Cerca de 38,2% das famílias brasileiras (em média, 5

ESTRANGULADA E NUA NO RIO
PEDIDA A CASSAÇÃO DE PELE
NOTÍCIA
TERMINO ADALOU IUGOSLAVIA
BRASIL PROMETE: VAI ESTRACALHAR O ZAIRE

DOMESTICA GESTANTE TERÁ ESTABANADE
ESFAQUEADO AO DEFENDER SOGRA
PRIMEIRO JORNALISTA FALA
PLEM TAMBOR AGUARDANDO
BRIGA NA MAGONARIA DE MINAS

MARGINALIDADE

Eu acho que não existe marginalidade. Existem conceitos, mas falsos, ou melhor, não-conceitos, pois eles não se aprofundam no problema e explicam apenas as aparências. Existem pessoas, por exemplos, que pegam características da miséria e as transformam em conceito de marginalidade. No entanto, a miséria não existe por si só. Ela é resultado da estrutura de uma sociedade. Os que eles chamam marginais estão integrados na estrutura social e econômica da sociedade. A níveis diferentes, claro, mas estão integrados. Sabemos que há desigualdade, que essas pessoas não usufruem de todos os benefícios, mas não são marginais ao capitalismo. Estão integradas de forma atrasada, arcaica, mas são necessárias que assim estejam para a que permaneça essa estrutura. São produtos do sistema capitalista e não marginais. São os efeitos do desenvolvimento que aumenta cada vez mais e separação entre os que são proprietários, aqueles que não são proprietários mas que têm acesso a algum tipo de trabalho mais desenvolvido e, aqueles que não são proprietários, não tem acesso a esse tipo de trabalho, formando, assim, um reservatório para trabalho mais precários da sociedade.

(Professor: Abdias Carvalho - Sociologia)



Homem alienado da riqueza, que não participa politicamente porque nem sequer come, habita e se veste dignamente. Vive em estado de extrema penúria. São os atores da própria tragédia. Oprimidos, não

conseguem se organizar dentro do caos social para solucionar um problema que está além da compreensão.

(Sergio - estudante da UnB)



MARGINAL. indivíduo posto à margem de uma sociedade, de um grupo, da vida pública, etc. Os grupos racistas procuram marginalizar os negros. (Novo Dicionário Aurélio)



Correntes de interpretação, na sociologia, da marginalidade:

- a) O indivíduo se marginaliza devido a uma situação ecológica. Favelas, por exemplo.
- b) Como passividade: as pessoas marginais não se integram ao desenvolvimento, porque são influenciadas pela "cultura da pobreza".
- c) Resíduo do desenvolvimento econômico, quando esse desenvolvimento não pode atingir todos os indivíduos de uma sociedade.
- d) Marginalidade enquanto produto do sistema capitalista.

(Manoel T. Berlinck, Marginalidade Social e Relação de Classe em São Paulo)

Marginal é uma pessoa que está à margem do processo social e de produção, ou que pelo menos não participa de maneira como "deveria" participar. Acho, que pensando bem, pode-se ser marginal consciente ou inconscientemente.

membros em cada família) ganham menos que o salário mínimo, não ganham nem para sobreviver. E 61,7% ganham menos que dois salários mínimos, que seriam o mínimo para a sobrevivência.

(EDMAR BACHA - PROFESSOR DE ECONOMIA)

Ceilândia, Filha marginal de Brasília

A falta d'água, de esgoto sanitário, de urbanização, de luz, de equipamentos comunitários e de habitações dignas criou e fortificou, em Ceilândia, um ambiente em que o abandono de menor, a prostituição, a vadiagem e criminalidade atingem índices mais elevados do DF, e, caracteriza esta cidade-satélite como mais uma favela institucionalizada.



O nome Ceilândia origina-se da sigla CEI - Campanha de Erradicação das Invasões, fundada em 1971, para erradicar as invasões existentes na área urbana de Brasília, principalmente as «Vilas do IAPI» e «Vila Tenório». Ceilândia possui uma população de aproximadamente, 150.000 habitantes e uma renda familiar mensal de Cr\$ 2.401,00, que corresponde a menos de 40% da renda per-capita média do Distrito Federal, excluindo o Plano Piloto.

A mudança geográfica não trouxe reais soluções para essa população marginalizada, que carrega consigo o estigma que lhe foi legado pela época das invasões. Considerada, então, vizinhança indesejável do Plano Piloto, mesmo após sua transferência, é apontada como uma área crítica e de maiores problemas sócio-econômicos da capital.

D. Raimunda Gonçalves, da QNM 34 lote 3 - lavadeira no Plano Piloto - recebe cerca de Cr\$ 2.250,00 por mês, seu marido Cr\$ 2.050,00 - é um casal típico de Ceilândia, com oito filhos, cinco no 1º grau e os outros vadiando na rua. «Não tenho condições de olhar todos os meus filhos, logo cedo aprendem a viver, não sei se bem ou mal».

A estratégia adotada para a solução dos problemas desta comunidade não tem-se revelado a mais adequada. As saídas apontadas pelos órgãos governamentais

- Plano de Educação Ambiental, Setor Industrial de Ceilândia, Plano de Infra-Estrutura - não são, efetivamente, executados por deficiência de verbas e falta de um planejamento conjunto entre os vários órgãos que atuam nas cidades-satélites.

Cerca de 20.678 famílias vivem em 15.477 habitações das quais 3.500 em alvenaria e 11.977 barracos de madeira, sem condições de higiene e segurança. Nenhuma residência possui esgoto sanitário satisfatório, sendo utilizadas fossas negras e sépticas. Menos de mil casas contam com ligação de água e uma parte das demais utiliza torneiras públicas, instaladas na rua.

As ruas não são asfaltadas, com excessão de pouco mais de dois quilômetros, e, as restantes apresentam valas e poças d'água estagnadas, formadas pela erosão, o que dificulta a circulação dos transportes coletivos.

D. Elena Juca Diniz, da QNM 7 Conj. I lote 6, mora em um barraco de madeira, em condições precárias, sem nenhuma segurança - «água, raro o dia em que chega. Falta iluminação pública na maioria das ruas e as existentes são ruins. Os ônibus demoram para chegar e pela manhã e a noite é quase impossível conseguí-los».

Seu Maximino Pereira de Oliveira, da QNM 17 Conj. C casa 10, mora em casa adquirida pela SHIS

- «em condições gerais a casa é mal acabada e a água depende de horário. Na parte da tarde nunca tem água» - declarou seu Maximino.

Severino dos Santos Silva, da QNM 4 conj. B lote 34, diz que as condições de vida na Ceilândia são mínimas - «o Governo mandou iluminar as quadras mas não adiantou em nada, pois continuamos no escuro» - afirma Severino referindo-se a colocação das 848 luminárias das 4935 previstas.

As 13 escolas de 1º grau e uma de 2º grau atendem a 21.331 alunos, funcionando em três turnos diários, mas fica longe de suprir o déficit de 80 salas de aula. O atendimento do menor é feito em um Centro Comunitário que recebe 200 menores de 0 a 7 anos de idade, em regime de semi-internato, não havendo recursos para a faixa de 8 a 18 anos.

No setor de recreação não tem unidades recreativas com excessão de um cinema particular e terrenos baldios para «peladas».

Existe um alto percentual (65%) de mortalidade na população menor de 5 anos, causada por doenças transmissíveis e carências nutricionais, decorrentes de problemas vinculados à deficiências de saneamento básico e de habitação. Ceilândia possui apenas um posto médico, com 7 médicos, 2 dentistas, 3 enfermeiras e um farmacêutico. O atendimento hospitalar é feito no Hospital de Taguatinga e de

Brasília, sobrecarregando estas instituições.

D. Maria de Fátima Silveira, residente na Ceilândia, trabalha como faxineira no Plano Piloto e diz que perdeu um filho com problema de «amarelão», «ele foi definhando, emagrecendo até morrer».

As atividades industriais de Ceilândia é reduzida, conta apenas com duas empresas de material de construção e algumas padarias. O zoneamento industrial a ser implantado, encontra-se em estudo necessitando de trabalhos complementares, incentivos e estímulos para institucionalizar o processo, segundo dados da CODEPLAN.

Quase toda população (94,9%) se abastece de produtos alimentícios no comércio local. O mesmo não acontece em relação a produtos eletrodomésticos, que são adquiridos em Taguatinga, Plano Piloto e Núcleo Bandeirante.

Constituída de um contingente humano que veio em busca de trabalho e melhoria de vida, Ceilândia caracteriza-se, ainda hoje, como um aglomerado com o mais baixo nível de renda do DF e toda uma gama de problemas, diante dos quais não têm condições de autogerar suas soluções.

SANDRA M. Q. DONÁ SOL
E SUZANA C. DE
ALMEIDA DOURADO

Taguatinga - Retrato de duas realidades



Texto: George Monteiro Prata e Adriana Acioli Wolf

Taguatinga, a maior e primeira das cidades-satélites de Brasília, luta para perder seu aspecto marginal, comum a todos os núcleos habitacionais da periferia do Plano Piloto. As estatísticas oficiais afirmam que a cidade já atrai funcionários públicos da classe média, assim como profissionais liberais. Em Taguatinga se concentra o maior número de indústrias do Distrito Federal, o comércio é florescente, a economia absorve cerca de metade da população ativa local e a mortalidade infantil é moderada. Mas as autoridades do governo não gostam de comentar que 44% das habitações são barracos, índice demonstrativo das características de favela que a cidade ainda ostenta, e do baixo poder aquisitivo da população.

Maria do Bonfim, 20 anos, empregada doméstica, é um exemplo típico da população marginal de Taguatinga. O pai e cinco dos sete irmãos trabalham, mas todos ganham salário mínimo ou até menos que isso. Sua família estava entre aquelas que foram transferidas, em 1958, para a primeira cidade-satélite oficialmente criada no Distrito Federal, com o propósito de pôr fim às «invasões», que estavam sendo formadas na área ocupada pelo Lago Paranoá. Brasília, a cidade-símbolo do Brasil, não poderia desde o seu nascimento mostrar os problemas que assolam as outras capitais brasileiras e resolveu, simplesmente, afastar para a periferia urbana aqueles que poderiam atestar a existência de problemas sociais.

A QN 10, onde Maria do Bonfim mora, é uma quadra igual a dezenas de outras de Taguatinga. O abastecimento de água é deficiente, não existe rede de esgotos sanitários ou pluviais. Arborização, pavimentação e equipamentos de lazer são considerados luxos desnecessários, até mesmo por parte da população do local. «Aqui falta muita coisa», diz Dona Luzia, outra moradora da QN 10, «mas tem energia elétrica, que nunca falta». A Administração Regional alega insuficiência de recursos financeiros para a programação de melhorias na cidade, e a este problema soma-se a ausência de integração dos diversos órgãos administrativos que cuidam das cidades-satélites.

Quem visita o centro de comércio de Taguatinga, com modernos «shopping center»,

cinemas, «boates» e restaurantes, tem dificuldade em perceber a condição de cidade-dormitório, ainda característica do local. A economia da cidade, segundo estatísticas da CODEPLAN, absorve 52% dos residentes ativos, que crescem anualmente em torno de 4 mil pessoas. A população, todavia, prefere trabalhar no Plano Piloto, deixando milhares de empregos preenchidos por pessoas residentes em outros locais o que cria uma migração pendular envolvendo elevados custos sociais e financeiros. Falta mão-de-obra qualificada nas áreas de saúde, educação, segurança e administração pública.

Para aqueles que trabalham no Plano Piloto, distante 22 Kilômetros de Taguatinga, o mal funcionamento dos transportes coletivos é outro motivo de reclamação constante. Os ônibus são sujos, mal cuidados e andam sempre superlotados. Muitos reclamam do preço da passagem, que custa Cr\$ 5,00 e algumas vezes, representa uma parcela significativa do salário ganho.

Taguatinga tem 65 escolas, 14 da rede particular. Existe uma escola superior, o curso de Pedagogia da PUC e ainda um centro de ensino industrial. A quase totalidade da população universitária estuda no Plano Piloto. Gerson, estudante de Comunicação acaba de se mudar para o Plano Piloto: «De manhã, para pegar o ônibus, era um inferno, ninguém respeitava ninguém. Mesmo para quem vem de carro, o trânsito é insuportável». A rede de escolas públicas é ao mesmo tempo elogiada e criticada: «tudo depende da localização: se a escola atende à população de maior poder aquisitivo, funciona bem; caso contrário, nem Deus ajuda», comentou uma professora primária.

Esse comentário resume a condição atual de Taguatinga. De um lado, uma cidade interiorana com praças, coretos e casas de comércio cujas mercadorias são atiradas ao longo das ruas. Nas áreas mais pobres, as condições se assemelham às de uma favela, tão comuns nas cidades-satélites de população de baixa renda. Taguatinga, como os outros núcleos habitacionais da periferia de Brasília, é o outro lado da realidade brasileira, e no caso da nova capital, uma prova de que a arquitetura não pode ter ilusões de modificar a estrutura social.

MIGRAÇÃO:

Fim do sonho começo da realidade

Texto: Mônica Silveira

Atraído por oportunidades acessíveis a sua baixa qualificação como força-de-trabalho, chega, anualmente, ao Distrito Federal um grande número de imigrantes. Conforme o último levantamento realizado pela CODEPLAN, chegaram a Brasília, no ano de 1976, 22.399 migrantes, somando um total de 280.308, de 1970 a 1976. Estes migrantes chegam em busca de melhores condições de vida e maiores perspectivas de emprego.

No período que antecedeu à inauguração de Brasília (até 1960), o fluxo migratório foi mais intenso, em termos relativos, dobrando a população a cada ano. Em 1960, 71.723 pessoas aportaram a Brasília, constituindo o ponto mais alto, até agora verificado, a corrente migratória e ocupando papel relevante, com participação acima de 90% no crescimento da população.

Nesta época, Brasília se tonou um grande polo de atração, em razão das oportunidades econômicas geradas. A Construção Civil absorveu grande volume da mão-de-obra disponível, não qualificada proveniente das áreas rurais. E ainda absorve. No entanto, as ocupações na Construção Civil são irregulares e instáveis, chegando a configurar uma certa forma de subemprego dos migrantes, através da subutilização de sua capacidade de trabalho. Salvo o setor da Administração Pública, que oferece empregos mais estáveis, a maioria dos imigrantes vê reproduzirem-se aqui condições semelhantes às que os levaram a deixarem suas áreas de origem. Logo, Brasília, representa mais uma etapa do processo migratório.

Os professores Elbio Gonzales e Maria Inês Bastos, do departamento de Ciências Sociais da UnB, comprovaram através de pesquisas, que o fluxo migratório é composto, em sua maioria, por migrantes espontâneos - ou seja, sem nenhuma alternativa fixa, diferentemente dos funcionários transferidos basicamente de três grandes regiões do país: Nordeste (54%), Sudeste (33%) e o Centro-Oeste (11%). O Norte e o Sul contribuem com menos de 2% dos migrantes. A média de idade de saída da região de origem é de 19 a 24 anos.

Em Brasília, a Fundação do Serviço Social é o órgão oficial encarregado de amparar os que chegam. Para isso a Fundação instalou albergues em algumas cidades-satélites para o recebimento e a orientação da massa flutuante. Apesar desses abrigos a maioria dos imigrantes, quando chega, ocupa as «invasões» já existentes no Distrito Federal, ou «inauguram» outras.

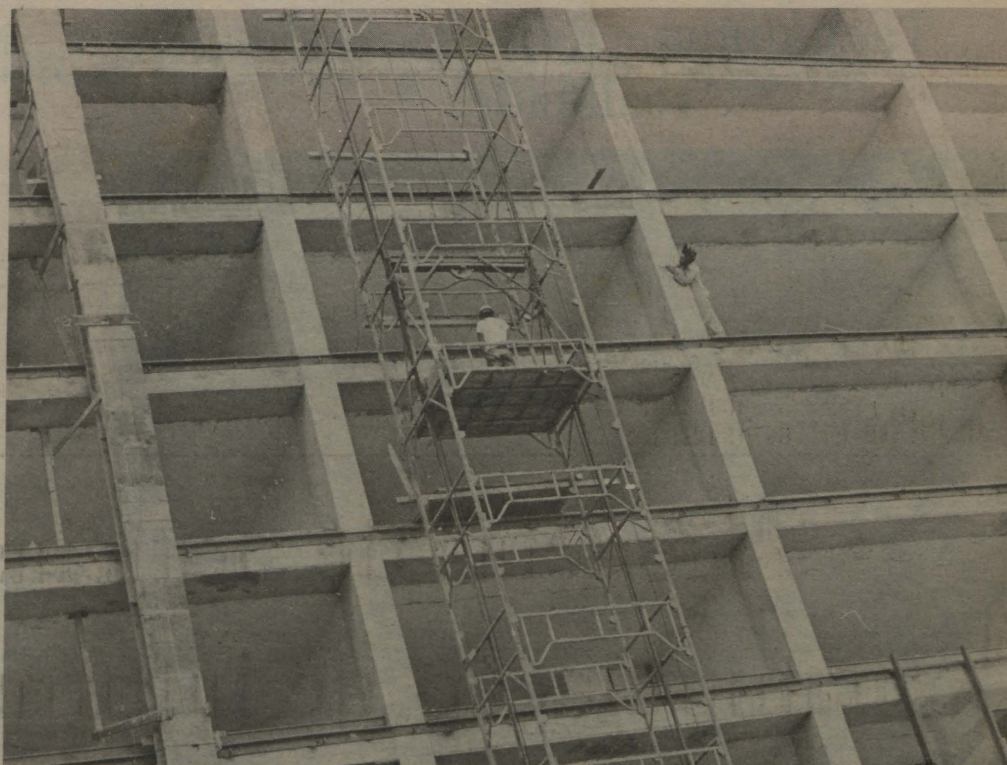
Os peões-de-obra e o seu sindicato

Texto: Lumiki Hara e Aparecida Santos Pires

"Moça, escreve aí no seu papel, tudo o que vou falar, porque todo mundo deve saber da nossa vida dura de trabalhador. Meu nome é Joaquim A. R., moro em Brasília, mas vim de Belo Horizonte. Tenho 56 anos de idade. Sou pedreiro, trabalho dez horas por dia e no fim do mês recebo Cr\$ 2.400,00. Levanto de madrugada, porque ônibus não tem e preciso pegar no serviço às 7:00 horas da manhã: a Pioneira tem que consertar essa situação de pouco ônibus. Sou casado e tenho 11 filhos, duas filhas são casadas, um filho de 21 anos e minha mulher trabalha, o resto dos filhos não. (A vida não é ruim não, moça. São as pessoas que fazem ela ficar assim, o governo tem culpa da nossa situação, mas a classe operária também tem culpa, ela morre na ponta da faca e fica quieta, não faz nada. Eu duvido que em outros lugares seja assim.)

Os trabalhadores em construção civil, no Distrito Federal, representam uma parcela considerável da mão-de-obra utilizada, como também, representam uma das faixas da população de mais baixa renda. A marginalização econômica e social que os peões-de-obra vivem é um fato comprovado no salário que recebem, nas suas moradias, no seu analfabetismo (grande parte apenas assina o nome). O sindicato dos peões-de-obra, O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de Brasília - STICMB, funciona mais como órgão assistencialista e não como um órgão canalizador das reivindicações dos trabalhadores. Artur F. da S., colocador de ferro, ganha Cr\$ 12,00 por hora e é sindicalizado: "O Sindicato tem tratamento de dentes e também arruma advogado quando a gente tem algum problema com a construtora".

Moacir M. da Costa é de Sobral-



"Ou a gente melhora de vida, ou se apaga aqui mesmo, na obra."

ceará, recém chegado em Brasília, veio em busca de trabalho. Vai procurar vaga em construção civil, porque além de só saber assinar o nome não tem experiência com outro tipo de trabalho a não ser lavrador. Em Sobral, trabalhava com terras dos outros, arrendadas: "nós arrendamos um pedaço de terra pra plantar milho, algodão e feijão, disso a gente tira um pouco para o nosso uso e um pouco vendemos para comprar roupa, remédio, essas coisas. Mas, às vezes, o fazendeiro dono, das terras, põe o gado na roça antes que a gente colha o mantimento todo, aí o resto da colheita estraga. As vezes, também, a chuva é pouca. O jeito foi vir pra cá e trabalhar e tirar o meu sustento e o da família que deixei lá."

A maioria desses trabalhadores são de migrantes que saem de sua terra natal em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Não constitui uma mão-de-obra especializada e na sua maioria dedicam-se à agricultura de subsistência. Numa análise dos migrantes de renda baixa, migração para Brasília, o professor Elbio N. Gonzalez e Maria Inês Bastos afirmam: "grande parte do fluxo migratório que chega ao Distrito Federal

é atraído por oportunidades de trabalhos acessíveis à sua baixa qualificação como força de trabalho."

Os peões-de-obra podem, de certa forma, ser comparados com os trabalhadores ambulantes devido à instabilidade no emprego: terminada a obra se não for renovado o seu contrato, o peão tem que procurar um outro emprego. "A flutuação do volume e ritmo das obras do Distrito Federal, decorrente em certa parte de fatores institucionais, agrava e atenua, por momentos, essa situação de subemprego", dizem Elbio N. Gonzalez e Maria Inês Bastos.

Os trabalhadores em construção civil moram, geralmente, nas cidades satélites, ou na própria obra. Suas casas são barracos apertados sem nenhuma condição de conforto e higiene. Alguns alugam quartos, como Francisco F. M., cearense, 21 anos, pedreiro, ganhando Cr\$ 2.300,00 por mês e pagando Cr\$ 550,00 pelo aluguel do quarto. Norberto G. T., 19 anos, do Piauí, ganha Cr\$ 1.500,00 por mês, é servente e mora na obra: "Moro aqui no alojamento com mais ou menos, 40 pessoas. O chuveiro é de água fria e as camas não estão com

nada, são de capim, sem lençol sem nada e tem pulga e rato."

Vivendo nas cidades satélites, se utilizando de transporte coletivo, que além de deficiente é caro, se comparando, ao que ganham. Um servente que ganha o salário, gasta por mês, no mínimo, Cr\$ 300,00. As empresas construtoras possuem caminhões para o transporte dos operários, mas andam sempre cheios o que lhe valeu o apelido dado pelos próprios usuários: pau-de-arara.

As perspectivas de melhores dias para esses trabalhadores são poucas, mas como eles dizem: "a esperança é a última que morre."

Valdo S. S. é colocador de ferro, tem 27 anos e todo mês ele manda dinheiro para a mulher e os filhos que estão na Bahia. Ele diz que sua única alegria na vida são os filhos. E acrescenta: "Hoje eu tenho cinco de segurança, mas até outro dia eu não tinha. Eu estava colocando ferro e quase caí, me agarrei a um cano e fiquei dependurado, mas o meu chinelo e a escada caíram. Ou a gente melhora de vida, ou então se apaga aqui mesmo, na obra."

O SINDICATO

As origens do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de Brasília (STICMB) - 1º sindicato do DF - surgiu com a construção da nova capital. A força de trabalho, na época, era 85% vinda do meio rural, em sua maioria dos estados nordestinos, Minas e Goiás. A situação era precária, dada a falta de infra-estrutura da cidade: as condições de trabalho deficientes, alojamentos escassos, dificuldades de alimentação (preços altos nos gêneros de primeira necessidade) e inexistência de previdência social. O sindicato surgiu por iniciativa governamental, tendo por objetivo trazer para dentro de si os operários da construção civil.

A preocupação maior da diretoria do STICMB não é aumentar o número de sindicalizados, mas agregar os já inscritos: 36.000 trabalhadores. Destes, apenas 2.000 associados contribuem regularmente, um índice baixo de participação pois, a en-

tidade representa duas categorias que somam 50.000 pessoas das quais, 30.000 na construção civil.

A sede do sindicato, situado na CLS 201, está tomada por compartimentos médico e odontológico dando impressão de ser um local de atendimento do INPS. Existem em fase de construção, para prestação de tais serviços, postos a serem instalados nas cidades-satélites de Ceilândia, Sobradinho e Gama, além do de Taguatinga que já está funcionando e das unidades volantes que prestam auxílio no local de trabalho.

Contudo, para o presidente José Sérgio Dias, o trabalho assistencial é secundário, considerando como objetivo principal do organismo "defender os associados, dar assistência jurídica e reivindicar em benefício da categoria".

Alguns sindicatos dos grandes aglomerados urbanos, como São Paulo e Rio, têm se manifestado, nestes últimos tem-

pos, sobre a desvalorização do valor real da remuneração da mão-de-obra, ocasionada pela inflação e pela política governamental; eles reivindicam o aumento do poder aquisitivo das categorias que representam.

O salário é, também para o operário de construção civil o maior problema. O presidente do STICMB dá como causa a falta de compreensão dos órgãos competentes em avaliar as dificuldades que o trabalhador vem enfrentando. Sua explicação é baseada nas próprias estatísticas oficiais: a população ativa do país está calculada em um terço da população. O cálculo do salário mínimo é definido para o sustento de uma pessoa, marginalizando 2/3 da população. A conclusão de José Sérgio Dias é a de que o salário mínimo deveria ser três vezes o atual. Em Brasília, significaria Cr\$ 4.680,00, o que para ele, "viria dar à mão-de-obra o poder aquisitivo do período em que este foi decretado no país".

No último congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), realizado em São Paulo compareceram nove integrantes do STICMB e três do Sindicato dos Metalúrgicos de Brasília. Uma das questões levantadas foi a atual estrutura das entidades representativas do assalariado, subordinada ao Ministério do trabalho.

O presidente do STICMB é favorável a modificação da atual estrutura sindical visando a autonomia dos sindicatos. Porém acredita, que "a atual autonomia é satisfatória" para desenvolver o trabalho a que se destina o organismo que representa. E conclui:

"O trabalhador é o estio da nação e deve ser tratado como tal. Eu acho que ele, principalmente o de baixa renda, não está sendo considerado desta maneira."

LUMI KIHARA E APARECIDA SANTOS PIRES



SANTIAGO, 20 SET (AFP) - OS ESTADOS UNIDOS FOR. HOJE EM SANTIAGO OS PEDIDOS DE EXTRADICAO CONTRA 7

HOJE EM SANTIAGO OS PEDIDOS DE EXTRADICAO CONTRA

EL CANCELLER DE NICARAGUA,
NO DE ESTE PAIS 'ESTA CONSI
GOBIERNO VENEZOLANO POR
RIKTER, EN SEU LO
ARTEFATO NUCLEAR,
ESTOCOLMO,
SEMPALATINSKY, M
SI SMOLOGICO DE
S UNIDOS FOR.
ICAO CONTRA TI

Muitas outras agências mantêm correspondentes no Brasil mas não distribuem notícias para o Brasil.

Planaltina: 118 anos de esperanças e problemas



Planaltina, a cidade satélite mais antiga do Distrito Federal, permanece à margem do progresso de Brasília, com sérios problemas no Setor Residencial Leste, a Vila Buritis, área em que se concentra a maioria da população. Neste local os moradores sentem necessidade de melhores condições sanitárias, de transportes e, assim como na zona de meretrício, é alto o índice de criminalidade. A sua população é estimada em 46 mil habitantes. Deste total 40 mil vivem na zona urbana, a maioria no Setor Residencial leste.

Fundada em 1859, Planaltina foi incorporada ao Distrito Federal, em 21 de abril de 1960. Durante a construção de Brasília, o Fórum de Planaltina decidia as questões judiciais ocorridas no Plano Piloto e grande parte do DF, e dava jurisdição aos atos civis. A sua área é de 977,70 quilômetros, representando 16,7 por cento da área do Distrito Federal. A Pedra Fundamental de Brasília está localizada numa colina a nove quilômetros de Planaltina, o que dá à cidade um caráter histórico.

No sentido de preservar o aspecto tradicional da cidade foi criado o Setor Residencial Leste, inicialmente 4.000 lotes foram marcados e passaram a ser ocupados por pessoas de baixo poder aquisitivo, a maioria vinda dos estados de Minas Gerais e de Goiás. A improvisação e a rápida concentração populacional trouxeram grandes prejuízos à iniciativa do Arquiteto Paulo Barbosa Magalhães. A maioria dos habitantes vive em precárias condições. O aproveitamento do córrego Brejinho, pela CAESB, não é suficiente para atender a todos, obrigando os moradores a caminharem até os riachos para banhos e lavagens de roupa. Falta a rede de esgotos, ocasionando doenças e mau cheiro no local. O policiamento é insuficiente para garantir a tranquilidade dos moradores, sendo constante brigas e assaltos à mão armada. As ruas não são asfaltadas e, segundo o Peixeiro João Severino da Cruz, "quando é sol tem poeira, quando é chuva tem lama". Os habitantes da Vila Buritis são obrigados a ficarem debaixo do sol ou da chuva, esperando ônibus para o Plano Piloto, pois os abrigos, sempre prometidos, ainda não foram construídos.



Por ser um local de fácil acesso, a "zona de Planaltina", localizada na parte antiga da cidade, recebe um elevado número de visitas nos fins de semana. Em sua maioria são operários da construção civil de Brasília que não dispõem de recursos para frequentarem os "inferinhos" do Plano Piloto. O fato de ser a mais famosa zona de prostituição do distrito Federal estar localizada na cidade faz com que Planaltina tenha má fama.

Planaltina tem pontos turísticos ainda desconhecidos da maioria dos habitantes do plano Piloto. Na região ocorre o fenômeno hídrico das "águas Emendadas" que está situado na Reserva Biológica, local onde se encontra nascentes dos córregos Vereda Grande e Furmal respectivamente, integrantes da Bacia Amazônica e do prata. A Lagoa Bonita, ou Mestre D'Armas, a seis quilômetros de Planaltina, empresta à paisagem um aspecto de rara beleza. Na região de Planaltina percorrem os cursos d'água mais caudalosos do DF: o Pipiripau e o Mestre D'Armas, que formam o Rio São Bartolomeu. A Cachoeira do Pipiripau, a Pedra Fundamental, o Morro da Capelinha e o Museu Histórico e Artístico são fontes de atração turística ainda não exploradas.

O atendimento escolar atende a 36,2% da população, sendo que a cidade conta com sete Escolas Classes, três Centros de Ensino do 1º grau, um Centro de Ensino do 2º grau e 25 escolas rurais. Nas escolas, atualmente em atividades, estão matriculados 16 mil e 650 alunos.

O Hospital Regional de Planaltina, inaugurado em 1976, não satisfaz às necessidades da população que formam extensas filas para conseguirem uma consulta. Funcionam, ainda, três Clínicas Médicas e cinco Clínicas Dentárias, todas pertencentes a particulares.

Segundo um alto funcionário da Administração Regional de Planaltina, o principal problema da cidade é a falta de educação do povo que não respeita os melhoramentos efetuados pelo Governo. Afirmação, esta, que não condiz com a realidade pois os moradores anseiam por melhores condições de vida.

Texto e fotos: E. Lodi

"Núcleo Bandeirante — contrastes"

"Quando cheguei aqui, o Núcleo Bandeirante era considerado a aberração de Brasília; parecia uma cidade do oeste americano onde só o crime e a marginalidade tinham vez. Tive a impressão de que a cidade estava por acabar. «Esta foi a declaração de João Duarte Moreira, administrador do Núcleo, quando comentou também que todas as residências do local, além de provisórias, estavam em estado de quase desmoronamento.

Segundo ele, todos aqueles que no início ocuparam aquela área, chamada «Cidade Livre», eram indivíduos que vieram para o Planaltina Central à procura de meios mais gratificantes de vida deixando para trás, em seus estados de origem, uma situação sócio-econômica precária.

«A expectativa era de que, quando acabasse a construção da nova Capital, nada mais restasse do Núcleo. Contudo, quando assumi a administração, verifiquei que a cidade tinha condições não só de sobrevivência como também de ser uma das melhores cidades-satélites se fosse bem organizada e contasse com uma administração interessada.»

O índice de criminalidade foi diminuído em 70 por cento, devido às providências tomadas por João Moreira, durante sua gestão.

«Para tanto, foi preciso que eu acabasse com os botequins, pois estes são os maiores responsáveis pelo ajuntamento dos marginais. Procurando tirar as condições de sobrevivência destes indivíduos, o Núcleo Bandeirante se transformou numa cidade onde a vida é agradável e tranquila.»

Segundo ele, as prostitutas agora não fazem mais ponto no Núcleo Bandeirante e só podem ser vistas no quilômetro 7 da Brasília-Belo Horizonte. Afirma ainda que nos locais onde se encontravam botequins e bares abertos a todo tipo de marginais, inclusive traficantes de tóxicos, tumultuando a vida da cidade, foram construídos prédios que atendem às solicitações de poderes públicos.

Entretanto, entrevistados moradores do local, a realidade parece outra. Os habitantes afirmam que não só nos bares existe tóxicos à vontade, mas também nos colégios, onde a juventude está sendo formada, as drogas são vendidas sem controle algum das autoridades.

Maria Fernandes Neves, casada, 47 anos e proprietária de um dos bares da cidade diz: "Tenho um filho de 15 anos, aluno de um bom colégio daqui, mas a minha preocupação é vê-lo afastado do problema dos tóxicos que circulam livremente nas salas de aula."

Outro problema que João Moreira declara como solucionado e que a população reage contrariamente, diz respeito àqueles que não fizeram jus ao seu lote por ocasião

da posse de terrenos, chamados atualmente de «excedentes».

Segundo Mariano Alves, funcionário público, 39 anos, casado, «já estamos esperando, há quatro anos, que o governo cumpra o que prometeu. Quando chegamos aqui, essa terra não era de ninguém e fomos ocupando conforme a necessidade de cada um. Na divisão de lotes, os que ocupavam terrenos além de 35 metros quadrados, ganharam a terra e os que ocupavam áreas inferiores, ficaram desprotegidos. Em seguida, nos foi prometido que esta situação seria resolvida, o que nunca aconteceu».

O administrador se defende alegando que o problema não está nas suas mãos e sim, entregue à TERRACAP e à SHIS. Segundo ele, enquanto o caso não é resolvido pelos órgãos competentes, procura dar melhores condições aos excedentes mudando-os para as margens das avenidas, tornando assim a vida desses moradores menos precária.

João Moreira afirma ter conseguido colocar em prática seus objetivos, dando reforço especial a três áreas que considera mais importantes para o desenvolvimento da cidade: habitação, saúde e educação. Em termos de infraestrutura, sua obra findará com o término da construção da rede de escoamento das águas pluviais e esgotos sanitários.

Os moradores do Núcleo, no entanto, continuam reclamando dos buracos e dos constantes alagamentos provocados pelas chuvas, afirmando também que o problema habitacional continua sem solução até hoje. A maioria vive em barracos e demonstra ansiedade em conseguir condições para a construção de casa própria, sem que para tanto, tenha que se afastar de sua cidade.

O setor educacional e o de saúde, na opinião do Administrador, já estão bem servidos, não necessitando, por ora, de maiores desvios de verbas.

O povo contesta as afirmações do baiano João Duarte Moreira, amigo antigo do governador Elmo Serejo, dizendo que, grande parte das crianças não podem ser matriculadas por falta de vagas ou de professores. A população reclama também que, para tratar de uma gripe, de um caso de emergência ou uma doença grave, é obrigada a se deslocar para Brasília, muitas vezes tendo que sair de casa de madrugada para conseguir lugar nas filas de INPS.

A vida do Núcleo Bandeirante hoje, é muito diversa da vida de uma cidade tão singular dentro as do Distrito Federal. No entanto, sua população parece bastante esquecida dos tempos do fundador da Nova Capital. Juscelino Kubistcheck é um nome esquecido para a maioria dos habitantes do Núcleo, uma cidade que surgiu devido o seu esforço e ideal.

Texto: Maria Renata de Campos
Nogueira e Layla Maria Pontes Soares

Operações especiais atendem a velhos e menores abandonados do DF.

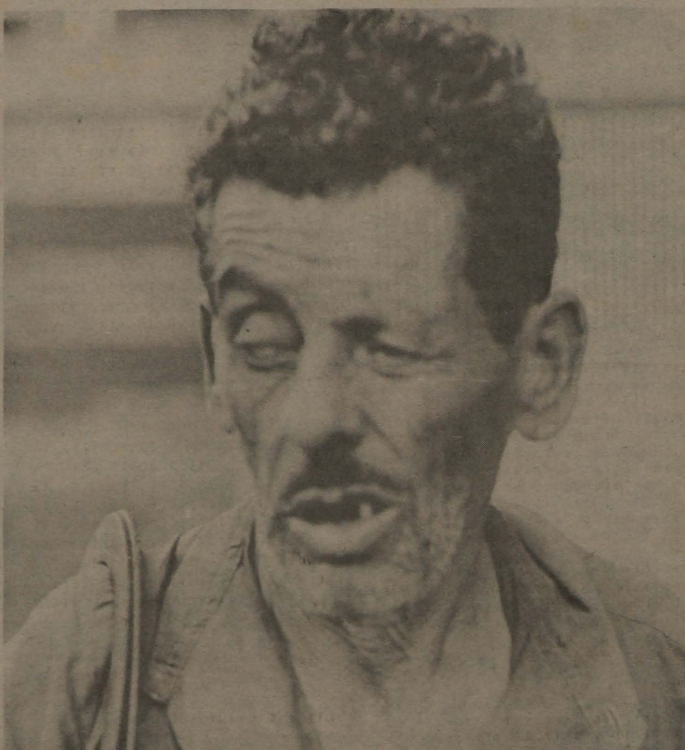
Texto: Alberto César

As camadas marginalizadas do Distrito Federal são alvo de atenções por parte da Fundação Projeto Rondon, através de suas Operações Especiais. Este ano, 16 operações foram realizadas durante o período letivo e cinco delas prestaram atendimentos de recreação, assistência social e médica para crianças, adolescentes, adultos e velhos.

Os trabalhos previamente elaborados pelos estudantes em forma de projetos são desenvolvidos na prática durante os fins de semana, por cerca de 180 universitários.

Das operações realizadas, destacam-se para o atendimento às camadas marginalizadas da sociedade, os trabalhos de Recreação Orientada feito nas cidades-satélites e plano piloto, Educação Psicossocial realizado em todos os asilos do D.F., Diagnóstico Situacional das Instituições de Assistência ao Menor do D.F., Orientação Médico-social-recreativa e o Carrossel da Solidariedade.

Dentre os trabalhos a serem realizados ainda este ano, destacam-se os da Semana da Criança que compreenderá visitas a hospitais que tenham crianças paraplégicas, Programa de Apoio às Instituições de Assistência



ao Menor do D.F. - PRA-MENOR - e o Programa de Assistência à Família do Sentenciado cujo objetivo principal é dar condições de trabalho às esposas e aos filhos de presidiários. Como parte conclusiva para o ano em curso serão feitas as Campanhas de Racionalização da

Água Potável que terá seu início na Ceilândia e estender-se-á por todo Distrito Federal e de Promoção do Deficiente Físico.

«Nem sempre os trabalhos realizados alcançam um resultado de imediato. Muitas vezes os resultados são obtidos a médio e a longo

prazos», afirmou o Coordenador do Campus Avançado do Médio Araguaia e Diretor da Fundação Projeto Rondon em Brasília, professor Jorge Barros.

«O atendimento às camadas marginalizadas», prossegue o professor Jorge, «não tem um caráter filantrópico, já que a Fundação Projeto Rondon, não dispõe de recursos materiais para isso. Nossos projetos estão voltados para o lado mais humano, que se dá no plano psíquico».

Este ano, uma das principais preocupações das Operações Especiais, tem sido o atendimento aos velhos e aos menores abandonados, por isso vêm se desenvolvendo projetos de visitas a asilos e instituições de menores.

O professor Jorge não soube precisar o número de pessoas atingidas por estes projetos mas afirmou que eles se dão em vários níveis sociais. Para ele e para os universitários, não é apenas nas camadas de baixa renda que se encontra o problema da marginalização, mas também nas camadas de média e alta renda. Por este motivo as Operações Especiais não estão voltadas somente para as populações das cidades-satélites, incluindo-se nelas da mesma forma a população do plano piloto.

O Campus Avançado da UnB, funcionando no Médio Araguaia, tem apresentado como principal problema a falta de informação e divulgação, o que prejudica uma maior participação dos alunos. «Já pensamos em colocar cartazes, mas temos observado que o melhor meio de divulgação do nosso trabalho é o contato interpessoal, especialmente de estudante para estudante, pois em conversas informais, podem descrever suas experiências nas comunidades», afirmou a Professora Rosa Benedetti Albanezi, Coordenadora-Adjunta do Grupo Tarefa Universitário da UnB.

Segundo a professora, o Campus Avançado foi criado para pôr universitário em contato com a realidade brasileira, colocando assim, em prática, o que tem aprendido, teoricamente, na Universidade.

«Há uma tendência dos alunos em valorizar a técnica em detrimento da cultura. Geralmente se preocupam em que seus trabalhos sejam tecnicamente perfeitos, sem questionarem se realmente a população está sendo ou não prejudicada, adquirindo técnica e

Campus avançado do médio Araguaia

— Conheça e participe

Texto: Layla Maria Pontes Soares

perdendo cultura. A atuação do Campus não pode cometer o mesmo erro que ainda ocorre em muitas comunidades, onde o pseudo-desenvolvimento serviu a aculturação, deixando as populações marginalizadas socialmente e em conflito psicológico; por isso a meta é a mudança de atitude progressiva, quando se fizer necessário, e conservação dos valores e hábitos, sempre que possível». Este trecho, retirado de um dos relatórios do Campus Avançado da Universidade de Brasília no Médio Araguaia, define assim, sua filosofia quanto ao trabalho universitário nos locais em desenvolvimento, ou seja, nas comunidades do interior do Brasil.

O Campus Avançado do Médio Araguaia, de acordo com dados obtidos no Grupo Tarefa Universitário — GTU, situa-se nos limites dos estados de Mato Grosso e Goiás, estando a sede situada em Aragarças-GO. A área de

atuação abrange as cidades de Bom Jardim de Goiás, Balisa, Montes Claros de Goiás, Barra do Garças, General Carneiro e Torixoréu. É coordenado por professores da UnB, liderados por um membro nato da Câmara de Extensão da Universidade. Até hoje, foram desenvolvidos 32 projetos, 422 atividades, principalmente nas áreas de saúde e educação, com a participação de 5.840 elementos das comunidades locais.

Sobre essa participação, a estudante de psicologia da UnB, Neyde Maria Barros, atuando como estagiária do GTU, disse: «Quando fiz parte, em 1977, do Campus Avançado, preparei-me através de palestras organizadas para os grupos e fui alertada para a importância de não transformar o nosso trabalho em obra de caridade, mas preparar a comunidade para trabalhar sozinha».

Neyde comentou também que a participação em tal atividade é extremamente educativa e gratificante, inclusive sob o ponto de vista de aprender a trabalhar em grupo.

«Estudante de todas as áreas», continua Neyde, «podem participar do Campus. No início, apenas residentes de Medicina integravam o trabalho; hoje, as atividades abrangem inclusive graduação e pós-graduação».

A Professora Rosa Maria, interessada em esclarecer as limitações do Campus Avançado, informou que, por falta de verba, só é possível manter 10 alunos por mês no local.

Segundo a Professora, além de passagem paga, estadia e roupa lavada, os participantes têm 30 dias abonados durante o período letivo e 15 dias durante o Verão. «As inscrições podem ser feitas no GTU — nos Dois Candangos, sala 6 — e, como recompensa, o aluno recebe 1 crédito pela disciplina Projeto Rondon/Campus Avançado. Finalizando, Rosa Maria lembra que, durante as férias, o trabalho continua e os interessados podem participar».

A marginalização da mulher: surge uma frente feminista na UnB



Texto e Foto: Adriana Acioli Wolff

Está sendo realizado em Brasília o que talvez seja o seu primeiro movimento feminista. Articulado no Departamento de Arquitetura da UnB por um grupo formado, em sua maioria, por universitárias, tem por objetivo proporcionar uma consciência política aos oprimidos, em especial à mulher. Não é restrito à universidade, e espera contar com adesões da população em geral.

Os participantes do movimento estão promovendo reuniões semanais, aos sábados, às 18 horas, no ateliê do Departamento de Arquitetura. Em breve as reuniões poderão ser feitas na sede própria, em uma casa na quadra 710 Norte, comprada por uma integrante do movimento. Elas pretendem fundar ali a Associação de Movimentos Culturais, com o propósito de reunir pessoas ligadas às atividades culturais (fotógrafos, pessoal de teatro, som) para discussões e debates.

De acordo com uma das integrantes do grupo, que preferiu não se identificar, a maior crítica ao movimento é em relação a sua posição divisionista, com o que as feministas não concordam: «Ao contrário, é o fortalecimento de 50% da humanidade, cuja opressão não vem somente do sistema capitalista, mas de um processo histórico que sempre colocou a mulher

em segundo plano. Não é uma quebra, nem um partido, mas uma conscientização das mulheres para uma luta conjunta, pelos seus problemas específicos. Nós, feministas, não acreditamos que sem essas lutas específicas, mesmo dentro de uma nova sociedade, mentes retrógradas desapareçam. A luta é conjunta, particular (pela mulher) é geral (pela sociedade)». De acordo com ela, o movimento surgiu da conscientização do grupo, que já se conhecia e debatia o assunto, de que sem luta tudo permanecerá igual, mesmo em países socialistas, onde a mulher continua oprimida.

Como a toda ação corresponde uma reação, desta vez não tanto igual, mas pelo menos contrária, já surgiu na Arquitetura um movimento denominado Para-Fêmea, de características machistas-anárquicas. Sua principal proposta é dar assistência psico-amorosa as feministas, «resolvendo assim o seu maior problema — o efetivo». Seus adeptos, homens e mulheres, já encheram o departamento de Arquitetura com slogans do tipo: «Beijar uma feminista também é defender os direitos humanos», ou «Case com uma feminista, e salve uma mulher para a sociedade». Na verdade a crítica que estão fazendo às feministas é devida ao fato de julgarem ser o seu movimento im-

portado, com bases não nacionais. Outra crítica que está sendo feita, é quanto ao fato de que todo movimento é consequência de um processo histórico, ao passo que este pretende implantar uma ideologia já pronta. As feministas acreditam que com uma troca de idéias maior, essas divergências se dissipem e o movimento possa ser encarado com seriedade. Ao menos por levar em frente uma luta em defesa da mulher, que sem dúvida é marginalizada na sociedade brasileira.

Na quarta reunião realizada pelas feministas, no último sábado de setembro, o tema debatido foi: «as correntes feministas: reformista, sexista, e o movimento feminista pelas lutas de classe». Foi introduzido inicialmente um pequeno histórico do movimento feminista mundial. Em seguida discutiram as correntes, chegando às seguintes conclusões sobre as mesmas: a de linha reformista, de tendência social-democrata, que trata da questão do feminismo a nível de concessão, sendo este apenas um apêndice do programa do partido. As esquerdas promovem o movimento reformista apenas para atacar o capitalismo, dizendo ser o socialismo a salvação da mulher. No processo histórico, porém, ela é sempre marginalizada, estando a vanguarda encabeçada apenas por homens. O movimento sexista é es-

sencialmente capitalista, é promovido por mulheres americanas, que na verdade não podem nem mesmo entender o problema da mulher no terceiro mundo. Trata-se praticamente de uma luta de sexos, que pretende alcançar uma libertação através de coisas como o fim do trabalho doméstico, ou a queima de «soutiens» em praça pública. Apesar da linha sexista haver dado um bom impulso ao movimento nas décadas de 50 e 60, serviu também para ridicularizá-lo no mundo todo (vejam a imagem que ficou de Betty Friedman. O movimento de luta de classes foi criado na Itália, e acredita que a libertação da mulher está ligada às lutas gerais, e, com isso, corre o risco de esquecer o problema específico da mulher na sociedade. A linha a ser adotada pelo movimento feminista que está sendo levado aqui em Brasília ainda não foi definida. Apesar de terem maior afinidade pelo movimento de luta de classes, consideram que o mais importante é que seu movimento tenha um vínculo com a realidade nacional.

Enquanto isso, o recado está dado: as reuniões continuarão a ser realizadas, por enquanto, no «ateliê» de Arquitetura, aos sábados, abertas à participação dos interessados, homens e mulheres, universitários ou não. **Adriana Acioli Wolff.**